



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

**RELATÓRIO PRELIMINAR DE PESQUISA
CASO RIOCENTRO:
TERRORISMO DE ESTADO CONTRA A POPULAÇÃO BRASILEIRA**

ABRIL DE 2014



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

1. O ESCLARECIMENTO DE GRAVES VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS PELA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

A Comissão Nacional da Verdade, criada no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, tem a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período de 1946 a 5 de outubro de 1988, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

O artigo 3º. da Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011, define como objetivos da Comissão Nacional da Verdade:

- I – esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos mencionados no **caput** do art. 1º;
- II – promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior;
- III – identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados à prática de violações de direitos humanos mencionadas no **caput** do art. 1º e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;
- IV – encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do art. 1º da Lei no 9.140, de 4 de dezembro de 1995;
- V – colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos;
- VI – recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional; e
- VII – promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) vem investigando as circunstâncias do atentado do Riocentro e sua autoria, visando cumprir suas atribuições legais e apresentar relatórios preliminar e conclusivo sobre o caso, no final de seu mandato.



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

2. O CASO RIOCENTRO

O caso conhecido como “Riocentro” consistiu na explosão premeditada de duas bombas de fabricação artesanal, na noite de 30 de abril de 1981, durante um show de música popular brasileira que reuniu cerca de 20 mil jovens.

Os fragmentos registrados pelas fotografias de fls. 84/85 e naquelas de fls. 206/211, bem como o Laudo de fls. 195/199 por elas ilustrado e que as enumera completamente, não deixam qualquer dúvida de que o engenho em causa era uma bomba-relógio, de fabricação artesanal e com dispositivo de detonação elétrico.

(Fonte: Inquérito Policial Militar nº 420/99, fl. 281, laudo de Antonio Carlos Villanova)

Realizado no centro de convenções de mesmo nome, “Riocentro – Centro Internacional Riotur S.A.”, localizado em Jacarepaguá, Rio de Janeiro/RJ, o show era um evento anual, celebrado em virtude das comemorações do Dia do Trabalhador, em 1º de maio. Organizado pelo Cebrade - Centro Brasil Democrático, uma espécie de setor cultural ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e presidido por Oscar Niemeyer, o evento contava com roteiro e coordenação de Chico Buarque de Hollanda e fazia, naquele ano de 1981, uma homenagem especial a Luiz Gonzaga. As cerca de 20 mil pessoas que estavam no local, para assistir as apresentações de artistas de grande renome da música popular brasileira (MPB), como Luiz Gonzaga, Gonzaguinha, Alceu Valença, Clara Nunes, Djavan, Ivan Lins, Gal Costa, Fagner, João Bosco, Ney Matogrosso, Paulinho da Viola, Simone, Elba Ramalho, Beth Carvalho e outros.

Entre 21h15 e 21h20, com o show já em andamento, uma bomba explodiu dentro de um carro, um automóvel Puma, 1977, marrom, placa OT-0279, no estacionamento do Riocentro. No interior do automóvel estavam dois militares, o capitão Wilson Luiz Chaves Machado, codinome “Dr. Marcos” e o sargento Guilherme Pereira do Rosário, codinome “agente Wagner”, ambos lotados no DOI do I Exército.

O artefato explosivo, que seria instalado no pavilhão de eventos onde ocorria o show – possivelmente sob o palco principal, de acordo com testemunhos formalmente colhidos nos Inquéritos Policiais Militares – explodiu antes da hora planejada, ferindo gravemente o



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

capitão Machado e matando instantaneamente o sargento Rosário, que transportava a bomba sobre seu colo.

Misturado com as vísceras dilaceradas encontramos e retiramos fragmentos de metal branco, alguns fragmentos de algo que parece fibra de vidro, um pino de metal amarelo, uma junta de flanela vermelha, uma pequena roda dentada de metal branco, uma sonda de plástico branco, um fragmento de vidro branco e três fragmentos de fio branco envolto por plástico azul que os peritos determinam que se anexe ao presente auto para os devidos estudos periciais.

(Fonte: Inquérito Policial Militar 1981 – Auto de exame cadavérico, fl. 87)

O automóvel Puma que transportava a bomba deflagrada prematuramente, inequivocamente de propriedade do capitão Wilson Luiz Chaves Machado, o “doutor Marcos”, conforme fazem prova documentos expedidos pelo Detran-RJ¹, continha ainda, de acordo com testemunhos colhidos em 1981 e 1999, outras duas bombas, além de uma pistola e de uma granada de mão.

Após a explosão em seu automóvel, o capitão Wilson Machado, gravemente ferido, segurando com o braço as vísceras que pendiam do abdômen aberto, foi socorrido por Andréa Neves da Cunha e seu companheiro, Sergio Valandro Valle, que testemunharam detalhes ocorridos imediatamente após a explosão. De acordo com reportagem da revista *Isto É*, em maio de 1981, um dos integrantes da equipe que operou o capitão Machado no hospital Miguel Couto disse que, sob efeito de anestesia, o militar teria murmurado: “deu tudo errado...”².

Além da bomba que explodiu no Puma, ocorreu uma segunda explosão no interior do Riocentro, esta na miniestação elétrica responsável pelo fornecimento de energia do centro de convenções. A bomba foi jogada por cima do muro da miniestação, mas explodiu em seu pátio e a eletricidade do pavilhão não chegou a ser interrompida. De acordo com diferentes relatos e depoimentos colhidos nos Inquéritos Policiais Militares (1981 e 1999), essa segunda bomba deveria ocasionar a interrupção no fornecimento de energia do local, paralisando o show e causando, certamente, tumulto e pânico.

¹ IPM/1999, fls. 272 e 1552

² “Bombas, versões e o silêncio.” *Isto É*, 13/5/1981, p. 21.



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Examinado o 2º local, (Estação de Fôrça), juntamente com o Dr. Pires do ICE, constatou-se ter havido uma explosão no interior e no chão da referida Estação. Explosão que não causou danos, produziu apenas uma cratera de aproximadamente 1m (um metro) de diâmetro por 30cm (trinta centímetros) de profundidade.

(Fonte: Inquérito Policial Militar 1981. Relatório Técnico SSP/RJ, Serviço de Recursos Especiais, fl. 83)

3. DAS BOMBAS

Conforme indica o estudo criminalístico produzido por Antonio Carlos Villanova, nos autos do Inquérito Policial Militar de 1999, os artefatos explosivos eram peças de elaboração sofisticada, com o emprego de temporizadores para detonação e o uso de nitroglicerina gelatinosa, que não correspondiam ao tipo de explosivo produzido por grupos armados de oposição ao regime militar:

Tal explosivo não consta de nenhum dos manuais de subversivos, apreendidos pelos órgãos competentes da Polícia Federal, notadamente do emprego do alumínio na confecção dos mesmos, o mesmo se observando em publicações clandestinas especializadas (...).

(Fonte: Inquérito Policial Militar nº 420/99, volume II, fl. 287)

De se registrar, por outro lado, que a dinamite gelatinosa empregada na confecção dos artefatos fazia parte do arsenal tradicionalmente à disposição de grupos militares extremistas:

A dinamite gelatinosa era mais difícil de obter, mas chegava ao grupo através dos agentes do CIE. Com isso, o material utilizável estava sempre em dia.³

Conclusões preliminares da Perícia da CNV:

Sobre as bombas, os peritos da CNV chegaram às seguintes conclusões preliminares:

O engenho era um artefato explosivo improvisado, de fabricação artesanal, do tipo acionador de tempo (bomba relógio), com a utilização de autoexplosivo à base de nitroglicerina, cerca de 150g (cento e cinquenta gramas).

³ A Direita Explosiva no Brasil, p. 243



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Com base nas fotografias do local e no Laudo Cadavérico do Sargento Guilherme Pereira do Rosário e do Auto de Corpo de Delito do Capitão Wilson Luiz Chaves Machado, verificou-se que a bomba encontrava-se no colo do Sargento Guilherme, que estava sentado no banco anterior direito do veículo Puma e não sob o referido banco, como noticiava a versão oficial do Exército. O Sargento serviu como barreira aos efeitos destrutivos da bomba, motivo pelo qual o Capitão, que estava sentado no banco do motorista, teve seu corpo menos exposto, sobrevivendo à explosão. Ambos tiveram o rompimento dos tímpanos em função da onda de choque.

Quanto aos perigos resultantes do artefato explosivo em tela, observa-se que os efeitos de contusão profunda da onda de choque não seriam tão graves, mas os efeitos da fragmentação poderiam ser fatais até um raio de cerca de 30 metros. Compara-se a isso uma granada do tipo FMK2, de fabricação argentina, que com quantidade de explosivo significativamente menor, cerca de 65g, projeta fragmentos letais à distância de 30 metros. Além da fragmentação das peças metálicas da própria bomba e do seu invólucro, outros objetos como vidros, peças metálicas do veículo, piso e paredes poderiam ser projetados dentro do raio de alcance da onda de choque, salientando que a referida projeção de fragmentos seria de caráter esférico, como toda explosão que não tenha a onda de choque dirigida (efeito Monroe).

Em ambiente fechado, a onda de choque de um artefato dessa natureza reverbera, produzindo maior número de fragmentos e objetos a serem projetados, conseqüentemente, maiores danos e maior número de lesões.

4. ANTECEDENTES DE BOMBAS: O CONTEXTO DO RIOCENTRO

De 1979 até o atentado do Riocentro, em 30 de março de 1981, ocorreu uma série de atentados a bomba no Brasil, que tinham por alvo lideranças de oposição à ditadura, instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), sede de jornais como *O Estado de S. Paulo*, *Hora do Povo*, *Em Tempo* e *O*



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Pasquim, além de dezenas de bancas de jornais, que vendiam jornais que faziam oposição à ditadura militar. Apresentamos abaixo uma breve relação em ordem cronológica das 40 bombas explodidas em menos de 16 meses no período que antecedeu ao atentado do Riocentro⁴:

- **1980:**

18/01 – desativada bomba no Hotel Everest, no Rio, onde estava hospedado Leonel Brizola.

27/01 – bomba explode na quadra da Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro, no Rio, durante comício do PMDB.

13/03 – desativada bomba no escritório do advogado Sobral Pinto, no Rio.

22/03 – bomba interrompe palestra de Gregório Bezerra.

27/03 – bomba no aeroporto de Guararapes, no Recife.

30/03 – duas bombas explodem no jornal Hora do Povo, no Rio de Janeiro.

13/04 – coletoria federal de Resende, no Rio, é danificada por uma bomba de baixo poder explosivo.

26/04 – show 1º de maio (1980) bomba explode em uma loja do Rio que vendia ingressos para o show.

30/04 – em Brasília, Rio, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Belém e São Paulo, bancas de jornal começam a ser atacadas, numa ação que durou até setembro.

23/05 – bomba destrói a redação do jornal Em tempo, em Belo Horizonte.

29/05 – bomba explode na sede da Convergência Socialista, no Rio.

30/05 – explodem duas bombas na sede do jornal Hora do Povo, no Rio.

27/06 – bomba danifica a sede da Casa do Jornalista, em Belo Horizonte.

11/08 – bomba é encontrada em Santa Teresa, no Rio, num local conhecido por Chororó. Em São Paulo, localizada uma bomba no Tuca, horas antes da realização de um ato público.

12/08 – bomba fere a estudante Rosane Mendes e mais dez estudantes na cantina do Colégio Social da Bahia, em Salvador.

27/08 – no Rio, explode bomba-carta enviada ao jornal Tribuna Operária. Outra bomba-carta é enviada à sede da OAB, no Rio, e na explosão morre a secretária da Ordem, Lyda Monteiro. Ainda nesta data explode outra bomba-carta, desta vez no prédio da Câmara Municipal do Rio.

⁴ Aventura, Corrupção e Terrorismo – à sombra da impunidade. Coronel Dickson M. Graef. Petrópolis, Vozes, 1986. P. 78.



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

28/08 – desativada bomba-carta enviada à sede da Delegacia Regional da Sunab, no Rio. Nesse mesmo dia explodem bombas no Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia, num terreno baldio em Barbacena e na sede da Junta de Alistamento Militar em Antônio Carlos, cidades no interior de Minas Gerais.

04/09 – desarmada bomba no Largo da Lapa, no Rio.

08/09 – explode bomba-relógio na garagem do prédio do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, em Viamão (RS).

12/09 – duas bombas em São Paulo: uma fere duas pessoas em um bar em Pinheiros e a outra danifica automóveis no pátio da 2ª Cia. de Policiamento de Trânsito no Tucuruvi.

14/09 – bomba explode no prédio da Receita Federal em Niterói.

14/11 – três bombas explodem em dois supermercados do Rio.

18/11 – bomba explode e danifica a livraria Jinkings em Belém.

• 1981

05/01 – outro atentado a bomba em supermercado do Rio.

07/01 - na Cidade Universitária, no Rio, uma bomba explode em ônibus a serviço da Petrobrás.

16/01 – bomba danifica relógio público instalado no Humaitá, no Rio.

02/02 – é encontrada, antes de explodir, bomba colocada no aeroporto de Brasília.

26/03 – atentado às oficinas do jornal Tribuna da Imprensa, no Rio.

31/03 – bomba explode no posto do INPS, em Niterói.

02/04 – atentado a bomba na residência do deputado Marcelo Cerqueira, no Rio.

03/04 – parcialmente destruída, com a explosão de uma bomba, a gráfica Americana, no Rio.

28/04 – o grupo Falange Pátria Nova destrói, com bombas, bancas de jornal em Belém.⁵

Importante destacar, nesse contexto, que o mesmo show do 1º de maio, no ano anterior, em 26 de abril 1980, já tinha sido alvo de bomba, que explodiu em loja que vendia ingressos para o evento, no Rio de Janeiro.

⁵ Aventura, Corrupção e Terrorismo – à sombra da impunidade. Coronel Dickson M. Graef. Petrópolis, Vozes, 1986. P. 79.



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

5. ELEMENTOS ACERCA DO PLANEJAMENTO DO ATENTADO

Apresentamos abaixo, sob a forma de itens dispostos em sequência cronológica, alguns dos principais elementos que, de acordo com o entendimento da Comissão Nacional da Verdade, indicam a ocorrência de amplo planejamento que antecedeu ao dia do atentado no Riocentro.

14/4/1981: Ofício de rotina do presidente do Riocentro ao Comandante do 18º Batalhão de Polícia Militar, solicitando policiamento interno e externo para o “show 1º de Maio” com previsão de 30 mil espectadores;

24/4/1981: O 18º Batalhão distribui Ordem de Serviço regulando o policiamento do show no Riocentro, com efetivo a ser mobilizado de 43 homens a pé, mais uma Força de Choque, um policiamento a cavalo, uma guarnição e uma rádio patrulha, sob o comando de um capitão da PM;

28/4/1981: Dois dias antes do show, boletim diário da PM (número 49) exonera do comando do 18º Batalhão o coronel Sebastião Hélio Faria de Paula, nomeando para seu lugar o tenente-coronel Ile Marlen Lobo Pereira Nunes. O boletim determina que a passagem do comando ocorra às 15h do dia 30 de abril, poucas horas antes do início do show. A posse, feita às vésperas do feriado de 1º maio, contraria, ademais, a praxe da Polícia Militar, que habitualmente realiza atos solenes no período da manhã, ao hasteamento da bandeira.

30/4/1981: No dia do show, boletim publica a viagem do coronel Nilton Albuquerque Cerqueira, comandante-geral da PM do Rio de Janeiro a Brasília, ficando em seu lugar o coronel Fernando Antônio Pott, Chefe do Estado-Maior da PM do Rio de Janeiro. No mesmo dia, a partir de Brasília, o coronel Nilton de Albuquerque Cerqueira determina ao 18º BPM que “não forneça policiamento para o evento programado para o Riocentro”. No comando do 18º Batalhão, em suas primeiras horas de serviço, está o recém-empossado tenente-coronel Ile Marlen Lobo Pereira Nunes.

30/4/1981: Relatos indicam que o policial civil Mario Viana, codinome Mineiro, recruta pessoas para fazer pichações de placas nas imediações do Riocentro com a sigla VPR (organização de esquerda desarticulada desde 1974);

30/4/1981: Cerca de 15 homens ocupam uma das mesas do restaurante Cabana da Serra, em um ponto isolado da estrada Grajaú-Jacarepaguá. Tinham revólveres e



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

abriram um mapa sobre a mesa, examinando-o. Por seu comportamento ostensivo e suspeito, o grupo fez com que funcionários do restaurante chamassem a polícia. Rapidamente uma patrulha chega, chama reforço e anota as placas dos 6 carros do grupo (Puma, Opala, Chevette, Brasília, Fusca, Passat e Fiat 147). Quando o reforço da polícia chega, o grupo já havia saído, presumivelmente para o Riocentro.

30/4/1981 (período da tarde): O comando da PM fluminense já dissolvera o esquema de segurança que havia feito para o evento. É quando advém uma segunda orientação dada por Cerqueira: 60 policiais deveriam ser mantidos de prontidão nos quartéis para qualquer emergência. Note-se, ademais, que a Polícia Militar sempre fazia o policiamento nos eventos do Riocentro, especialmente em eventos como o daquela noite, que deveria reunir um público estimado entre 20 e 30 mil pessoas.

Restava aos organizadores do show contar somente com a segurança do Riocentro. No entanto, cerca de um mês antes do show, o chefe de segurança do Riocentro, coronel Dickson Graef, fora demitido sem maiores explicações. Seu substituto, tenente Cezar Wachulec, apesar de novo no cargo, incumbiu-se e conseguiu montar uma operação de segurança para o show. No entanto, no dia 30 de abril, Wachulec foi avisado pela “coordenadora geral do Show 1º de Maio”, Maria Ângela Lopes Capobiango⁶, que, excepcionalmente, ficaria encarregado de controlar as bilheterias do Riocentro. A coordenação de segurança foi, então, repassada a outro funcionário, um mecânico de profissão.

30/4/1981: Entre 21h15 e 21h20. O Puma deixa a vaga em que está estacionado em marcha-a-ré. De repente, fogo e um estrondo seco no estacionamento. A bomba que está no colo do sargento Rosário havia explodido antes da hora. Outros agentes do DOI que faziam parte da missão, funcionários do Riocentro e circunstantes começam a se aproximar do que restou do Puma. O tenente César Wachulec deixa as bilheterias e chega até o carro. Chega a tempo de ver um homem retirando de dentro do carro dois cilindros, parecidos com latas de cerveja, como viria a testemunhar no Inquérito Policial Militar de 1999.

O depoimento de Cezar Wachulec no Inquérito Policial Militar de 1999 é de grande importância para a compreensão do caso. Diante da confirmação da presença de outros

⁶ Maria Ângela Lopes Capobiango era assessora da Presidência e ainda acumulava as funções de gerente de vendas e gerente de operações no Riocentro. Essas informações foram extraídas do depoimento que a epigrafada prestou no Inquérito Policial Militar de 1981. Ver IPM/81, v. II, p. 141.



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

artefatos explosivos no automóvel, reforça-se a pouca credibilidade da versão segundo a qual os militares teriam sido vitimados por uma bomba plantada de surpresa no veículo que ocupavam.

O depoimento de Wachulec não foi o único a indicar a presença de outras bombas no Puma. O detetive Humberto Guimarães, o “Cauby”, que estava de serviço no Departamento de Polícia Política e Social (DPPS) e teria chegado poucos minutos após a explosão, informou a jornalistas que duas outras bombas foram achadas e desativadas dentro do carro. A informação foi confirmada pelo delegado Petrônio Romano Henrique, da 16ª Delegacia de Polícia. No entanto, após as versões publicamente sustentadas pelo Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, o detetive Cauby não foi mais encontrado pela imprensa e, posteriormente, o delegado mudou sua versão dos fatos.

6. UM OBJETIVO EXPRESSAMENTE FORMULADO

Além dos elementos indicados acima, que evidenciam atos concertados de preparação para a noite do atentado, outros elementos apontam para a intenção de realização de um ato terrorista dessa natureza, exatamente no show do 1º de maio. Em 26 de abril de 1980 já houvera, como indicamos, um ataque a bomba a uma loja que vendia ingressos para o show de 1980, em Madureira, no Rio de Janeiro.

Em depoimento em 5 de dezembro de 2000, o coronel Romeu Antonio Ferreira, que usava o codinome “doutor Fábio”, confirmou seu depoimento anteriormente prestado no IPM de 1999. Lotado no DOI do I Exército entre 1975 a 1981, e tendo chegado ao segundo posto na hierarquia do órgão, como chefe da Central de Operações de Informações, ele afirma ter recebido, em 1980, uma proposta para executar um atentado no show do Riocentro. “A ideia era acabar com o show do PCB por falta de energia. Discordei daquilo, não gostei da proposta, por achar que era completamente extemporâneo, não tendo nada a ver com o clima



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

que vivíamos naquela época. E proibiu a ação; isso foi em abril de 1980; proibiu a ação e ela não foi feita.”⁷

7. A MANIPULAÇÃO DO INQUÉRITO POLICIAL MILITAR DE 1981

Logo após o atentado, é possível aduzir-se pela convergência de diferentes elementos de pesquisa (v. fontes abaixo) que uma operação foi montada para que não houvesse a apuração dos responsáveis pelo atentado do Riocentro. Logo no dia 1º de maio, dia seguinte às explosões, o Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, general Waldir Muniz, concedeu entrevista reportando-se a um suposto diálogo entre o capitão Wilson Machado e o sargento Guilherme do Rosário, aquele incomunicável e gravemente ferido, internado no hospital Miguel Couto, e este morto na explosão do Puma. Segundo Muniz, ao sair em marcha-a-ré da vaga, os dois militares teriam sido pegos de surpresa, e o sargento Rosário teria dito: “há uma bomba aqui!” Então, segundo relato do general ⁸, o sargento Rosário “botou a mão e explodiu”, difundindo, desde o primeiro momento, versão segundo a qual os militares no automóvel seriam vítimas surpreendidas pela colocação do artefato explosivo no veículo.

Em seguida, já no dia 1º de maio, o Exército determina, por portaria, a instauração de Inquérito Policial Militar (IPM) para investigar o caso. É nesse procedimento apuratório, inclusive, que o próprio capitão Wilson Machado, em depoimento prestado, afirmou não se recordar de ter travado qualquer diálogo com o falecido sargento Rosário antes da explosão.

O primeiro encarregado do IPM, o coronel Luiz Antônio do Prado Ribeiro, toma diversas providências para apurar os fatos. Sofre pressões e, com 15 dias de apuração, é substituído pelo coronel Job Lorena de Sant’Anna. A suspeição que pairou acerca da substituição do coronel Prado Ribeiro, com grande repercussão na imprensa da época, foi confirmada posteriormente por ele mesmo, em sede de Inquérito Policial Militar, em 1999, quando afirmou expressamente ter sofrido pressões e algumas insinuações de que deveria conduzir sua investigação de modo a concluir por uma autoria não identificada. Ressalte-se

⁷ Depoimento para MOTTA, A. M. (org.) História Oral do Exército Tomo 9 – 1964- 31 de Março – O Movimento revolucionário e a sua história – Biblioteca do Exército Editora : Rio de Janeiro, 2003, p 358-9.

⁸ “Bombas, versões e o silêncio” Isto É, 13/5/1981, p 19-21.



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

ainda, levando-se em conta os critérios de promoção e condecoração das Forças Armadas, que o coronel Prado Ribeiro, apesar de qualificado, não chegou ao generalato, diferentemente de seu substituto.

O resultado da investigação aponta que o sargento Rosário, morto na ação, e o capitão Wilson Machado, ainda vivo, teriam sido vítimas do atentado. No trâmite judicial, a atuação do almirante-de-esquadra Júlio de Sá Bierrenbach teve grande repercussão ao votar, no Superior Tribunal Militar, contra o arquivamento do caso, em 2 de outubro de 1981. Nas palavras do almirante Bierrenbach, “eu não estava contra o Exército, mas não podia engolir aquela solução. Era uma farsa total”.⁹

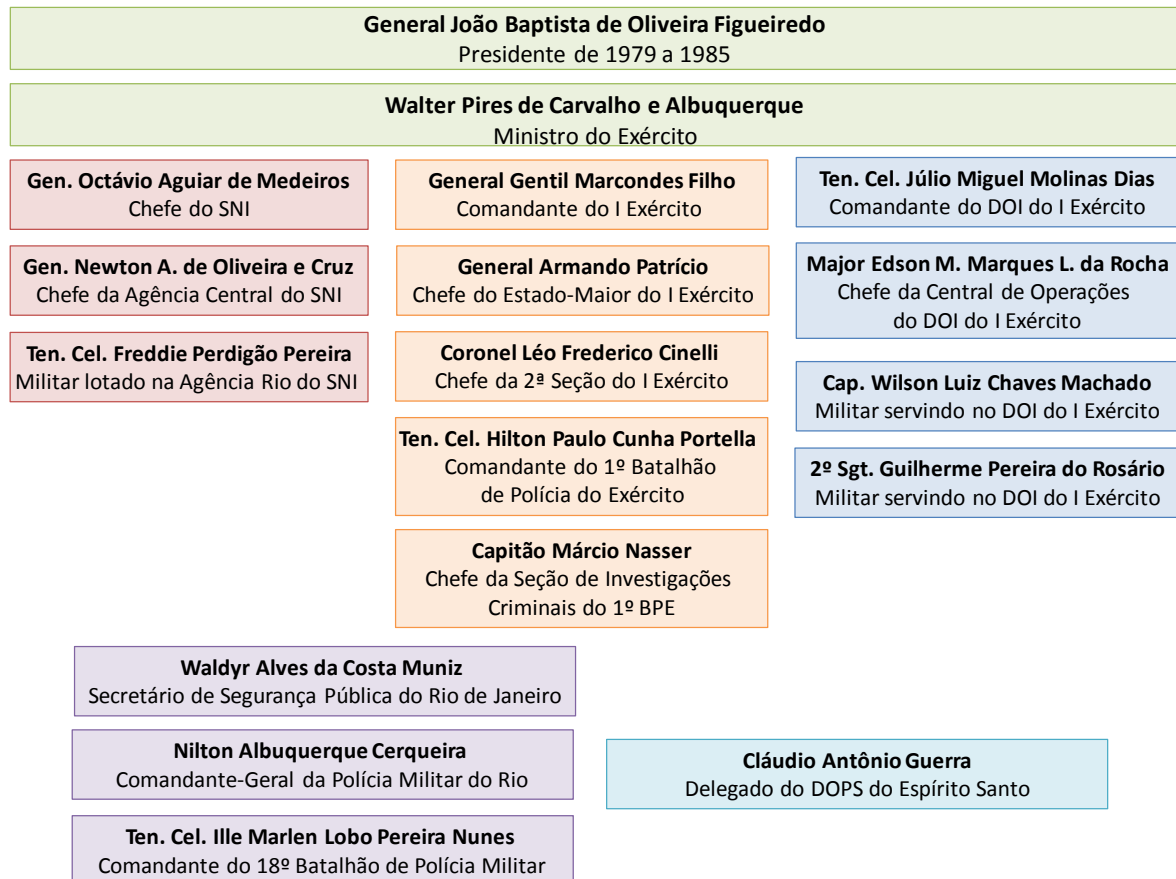
Embora bastante contestada por grande parte da sociedade e da imprensa, o Exército manteve a versão por 18 anos.

⁹ Entrevista à revista *Época*, edição de 21 de junho de 1999.



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

8. CADEIA DE COMANDO MILITAR À ÉPOCA DO ATENTADO DO RIOCENTRO



9. A REABERTURA DO CASO

Em 1985, os advogados Hugo de Albuquerque Wanderley e Altamiro Fiel D'Oliveira, em nome do coronel Dickson Melges Graef, formularam um pedido de reabertura do caso do Riocentro. Esse pedido foi fundamentado nos testemunhos do tenente da reserva Cezar Wachulec e do diretor-técnico do Riocentro Nilton Nepomuceno, que afirmaram a retirada de duas bombas caseiras desativas no banco traseiro do Puma OT 0279, e do testemunho do segurança José Geraldo de Jesus, o Candonga, que informou ter visto a retirada de outras bombas do palco do show daquela noite. Em 1987, foi formulada a Representação nº 1061-7, fundamentada em entrevistas e depoimentos de militares envolvidos no episódio.



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Entre 1996 e 1998, novas iniciativas para reabrir as investigações do caso Riocentro foram encetadas. Membros da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, à época presidida pelo deputado Hélio Bicudo, colheram depoimentos de testemunhas e de pessoas envolvidas no episódio. Essa iniciativa levou à solicitação da reabertura do caso, que foi recebida pela subprocuradora Gilda Pereira de Carvalho Berger, em 1996.

O então procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, após regular tramitação, encaminhou o pedido de investigação ao Ministério Público Militar. No ano seguinte, em junho de 1999, o procurador-geral da Justiça Militar, Kleber de Carvalho Coelho, após colher depoimentos, evidenciando as contradições existentes nas perícias realizadas e a partir da existência de novas provas – como as declarações do general Newton Cruz prestadas à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputado –, pediu a abertura de novo inquérito policial militar.

Em 10 de junho de 1999, foi instaurado Inquérito Policial Militar, para apurar os fatos ocorridos na noite do dia 30 de abril de 1981, tendo como encarregado o general de divisão Sérgio Ernesto Alves Conforto. Em maio de 1999, o caso é arquivado pelo Superior Tribunal Militar, que enquadrou, de modo surpreendente e controvertido, um fato ocorrido em 1981 na Lei da Anistia, de 1979.

10. NOVAS PROVAS E DOCUMENTOS OBTIDOS PELA CNV

Em novembro de 2012, foram entregues à CNV, pelo governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, em cerimônia pública no Palácio Piratini, documentos inéditos que estiveram sob o poder do coronel Júlio Miguel Molinas Dias, ex-comandante do DOI do I Exército, no Rio de Janeiro. Os documentos foram apreendidos pela Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul após o assassinato do coronel Molinas, em 1º de novembro de 2012.

Objeto de publicação anterior por parte da Comissão Nacional da Verdade (v. www.cnv.gov.br/publicações), a documentação refere-se, entre outras coisas, a detalhes relevantes do caso Riocentro. São manuscritos e memorandos datilografados, com registro de



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

ordens e telefonemas com a clara finalidade de monitorar o caso e evitar que fatos viessem à tona de maneira a incriminar ou demonstrar o envolvimento de militares no atentado.

Na folha de capa da documentação, manuscrita pelo coronel Molinas, consta: “Documento entregue ao Cel. Cinelli no domingo, dia 3 à tarde, junto c/ anexos em 08 mai 81” e rubrica. O coronel Léo Frederico Cinelli era o chefe da 2ª Seção do I Exército e a pessoa a quem Molinas se reporta em toda a documentação.

Em seguida há um documento datilografado sobre o Riocentro com o título “Antecedentes”:

Vamos apresentar alguns fatos que comprovam a intenção das esquerdas em atingir os Órgãos de Segurança, em especial os DOI, tanto no campo da agressão física como em ações psicológicas com um objetivo único, desmantelar o ‘Aparato Repressor’ ou distribuí-lo.

O mesmo teor do documento datilografado está em documento manuscrito, ou seja, a partir do documento manuscrito foi gerado documento no formato de um informe ou nota, com a versão do DOI do I Exército. Nestes, são listados seis situações, de 1976 a 1981, nas quais pessoas suspeitas teriam como alvo o DOI e seus agentes, como a descrição abaixo:

Fotos Suspeitas

4) Dia 8 de Abril 1981 - 03,30:
- Chefe Branco estaciona na Av. Raposaçuã, junto a Muro do DOI, e tenta colocar um estorullo, imediatamente é acionado o alarme, ~~o~~ ato continuo o chefe muda-se do local, deixando o estorullo. Não foi possível avistar a placa.



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

- Dia 06 Abr 81, às 03:30 hs

Chevette Branco estaciona na Av Maracanã, junto ao muro do DOI e tentando colocar um embrulho, imediatamente é acionado o alarme, ato contínuo o Chevette evade-se do local, levando o embrulho. Não foi possível anotar a placa.

(Fonte: documentação de Júlio Miguel Molinas Dias entregue à CNV em nov/2012)

O documento datilografado traz ao final o item “Consequências”, com o texto:

Face aos atos e fatos apresentados, somados a uma orquestração pela imprensa, acusando os DOIs como responsáveis por tudo o que ocorre de “mau” contra as esquerdas (hoje reconhecida, identificada e ocupando um lugar na sociedade brasileira), cada elemento do órgão passou a ser um alvo de justicamento.

Face a esta orientação, somou-se as investigações e coberturas de eventos, a preocupação de localizar elementos suspeitos de praticarem atentados. Desta forma, em obediência à Ordem de Missão nº 115, de 30 Abr 81 (xerocópia anexo), deslocou-se para o Pavilhão do Riocentro uma equipe do DOI / I Ex a fim de cobrir um show que, segundo Villas Boas Correia, de notória iniciativa esquerdista (JB de 02 Mai 81, pag. 11).

- Desta forma em obediência à Ordem de Missão 115 de 30 Abr 81 (xerocópia anexo) deslocou-se ~~para~~ ^{para} o pavilhão do Rio-Centro, uma equipe do DOI/Ex a fim de cobrir um show que, segundo Villas-Boas Correia - de notória iniciativa esquerdista (JB de 02 Mai 81, pag. 11) ^{relatou}
A xerocópia do Relatório ^{manuscrito} da equipe, segue anexo.

(Fonte: documentação de Júlio Miguel Molinas Dias entregue à CNV em nov/2012)



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

O documento termina com os seguintes dizeres:

Quanto ao atentado em si, qualquer conclusão cairá no campo da especulação correndo o risco de atentar contra a honra e a integridade de um oficial e um sargento que cumpriam missão com desvelo e dedicação característica peculiar aos componentes daquele Destacamento em proveito da segurança interna. Não podemos nunca esquecer que os elementos que compõem o DOI são oficiais e praças com a nossa mesma formação e não são terroristas ou marginais e merecem o nosso reconhecimento, respeito e apreço.

Do texto manuscrito, cortou-se a expressão "*quando é certo que a maioria de nós nos encontrávamos em tranquilo lugar*", que foi substituída por: "*...e a integridade de um oficial e um sargento que cumpriam missão com desvelo e dedicação característica peculiar aos componentes daquele Destacamento em proveito da segurança interna*".

O documento acima, escrito entre 30 de abril e 3 de maio de 1981, quando cotejado com as demais fontes de pesquisa, revela a construção de uma versão – ou de uma história-cobertura, no jargão policial e militar – para apresentar justificativa para as bombas do Riocentro, responsabilizando grupos de oposição ao regime militar e alçando o oficial e o agente do DOI do I Exército, que portavam a bomba que explodiu, à condição de vítimas.

Seguem-se oito páginas manuscritas pelo coronel Júlio Molinas, em papel timbrado confidencial do COI, detalhando o desenrolar do episódio do Riocentro de 30 de abril a 4 de maio de 1981. O COI era a Central de Operações de Informações, cujo chefe era o segundo na hierarquia do DOI do I Exército.

No alto da primeira página está escrito "*placa OT-0297*". Refere-se ao Puma GTE, modelo 1977, placa OT-0279, de propriedade do então capitão Wilson Luiz Chaves Machado. A partir daí o documento faz minuciosa descrição de fatos posteriores às explosões das bombas do Riocentro:

Intervalo do jogo Grêmio x S. Paulo, telefonema do Ag. Reis: Disse que um Cb BM telefonara avisando que houvera um acidente com explosivo com uma vítima. Deu o nome quente Dr. Marcos.

Molinas assistia à primeira partida da final do campeonato brasileiro de 1981, no estádio Olímpico, em Porto Alegre-RS.



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Logo a seguir o Dr. Wilson telefonou p/ avisar sobre o atentado, dizendo que viria p/ Órgão. Eu disse que já estava pronto p/ deslocar-me.

Por volta 10h30 cheguei ao Órgão e perguntei ao Ag. Reis se o Dr. Wilson já chegara, obtendo resposta afirmativa.

Dirigi-me a vaga n° 1 do Cmdo. O Dr. Wilson estava nas operações chegou logo a seguir. O Ag. Reis que já chegara avisou que recebera outro telefonema do mesmo elemento dizendo que 1 Sgt estava morto no local, irreconhecível.

C O I		CONFIDENCIAL
		RJ, _____
		placa {07-0297}
1. ASSUNTO	-	
2. ORIGEM	-	
3. REFERÊNCIA	-	
4. AVALIAÇÃO	-	
5. ANEXO	-	

- Intercalo de João Geronzi x Paulo, telefonema do Ag Reis: disse que um CBM telefonara avisando que houve um acidente com explosivo em uma vitima. Deu o nome de DR. MOLOS.

2 - Logo a seguir o Dr Wilson telefonou p/ avisar sobre o atentado, dizendo que viria p/ Órgão. Eu disse que já estava pronto p/ deslocar-me.

3 - Por volta 10.30h cheguei ao Orgão e perguntei ao Ag Reis se o Dr Wilson já chegara, obtendo resposta afirmativa.

3 - Dirigi-me a vaga n° 1 do Cmdo. O Dr Wilson que estava nas operações chegou logo a seguir. O Ag Reis que já chegara avisou que recebera outro telefonema do mesmo elemento dizendo que 1 Sgt estava morto no local, irreconhecível.

(Fonte: documentação de Júlio Miguel Molinas Dias entregue à CNV em nov/2012)

Doutor Wilson era o codinome do major Edson Manoel Marques Lovato da Rocha, Chefe do COI, segundo na hierarquia do DOI quando do atentado do Riocentro. A descrição de Molinas prossegue:

11h30 – O Globo: estouraram duas bombas no estacionamento, destruindo 2 carros, uma sendo 10 min após a outra. No 2º carro não houve vítimas.

G Torres de Melo 11h30 – Dr. Araujo telefonou para saber o quê houve.

11h30 - Dr. Carmelo: Hosp. Miguel Couto - Dr. Wilson está sendo operado: vísceras do lado de fora. Estado grave. Carro puma.

Às 23h45 anotou: "Comunicado ao Cel. Cinelli".



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Vale indicar que, apesar do coronel Molinas já ter conhecimento dos ferimentos graves do capitão Wilson Machado e da morte do sargento Rosário (“*O Ag. Reis que já chegara avisou que recebera outro telefonema do mesmo elemento dizendo que 1 Sgt estava morto no local, irreconhecível.*”) e de ter informado prontamente o coronel Cinelli, este último, em depoimento ao Procurador-Geral da Justiça Militar Kleber de Carvalho Coelho, no IPM de 1999, disse, em contradição evidente, que somente tomou conhecimento de um militar morto e outro ferido no dia seguinte, ao chegar ao QG, conforme trecho abaixo:

após o que concluíram a ligação. Perguntado quando então chegou ao seu conhecimento da existência de um morto e um ferido respectivamente, Sargento e Capitão do Exército, integrantes do DOI, em consequência da aludida explosão? Respondeu que só tomou conhecimento desse fato no dia seguinte ao chegar ao QG. Perguntado se ao que se recorda e tendo em vista a

(Fonte: Inquérito Policial Militar de 1999, volume I, fl. 248)

As anotações de Júlio Miguel Molinas Dias prosseguem, em ordem cronológica:

11h50 – Miranda: dentro do Puma. O Robot está morto. Tem uma granada que estava no carro e botaram no chão. Parece que carro estava em movimento.

Robot ou robô é uma clara referência ao agente que portava a bomba, no caso o agente Wagner, o sargento Guilherme Pereira do Rosário, morto na explosão.

12h30 – Cel Afonso: Gen. Gentil sabia?

Nesta passagem das anotações, nota-se a indagação de um oficial, o coronel Afonso, em telefonema ao comandante do DOI do I Exército, às 00h30 do dia 1º de maio, diante da possibilidade de o general Gentil Marcondes Filho, então comandante do I Exército, ter conhecimento, com antecedência, do atentado terrorista. As anotações prosseguem:

12h40 - Cel Cinelli - Falamos sobre a ida da perícia da PE à paisana e a retirada do Corpo.



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Evidencia-se a preocupação de Cinelli e Molinas de que os peritos da Polícia do Exército estivessem à paisana, não revelando o envolvimento dos militares com as bombas, além da retirada do corpo do sargento Rosário, protegendo também sua condição de militar do DOI do I Exército.

Às 2h00 do dia 1º de maio de 1981, Hélio informa que a documentação recolhida no local está em poder dele; que a documentação do dr. Marcos, codinome do então capitão Wilson Machado, já está com o dr. Áureo. Há, ainda, o registro de que: *"foi solicitado Info o nº de bombas que explodiram e a sequência das explosões."*

Às 4h15 Molinas registrou a chegada do capitão Nasser e que o *"TC Portella telefonou ao Cel. Cinelli"*. De 12h30 às 16h20 Molinas escreveu: *"Cemitério e Hospital - Durante esse tempo foram tomadas as providências constantes do Anexo A, pelo Dr. Wilson"*. Às 17h00 registrou: *"Fui para casa"*.

No sábado, dia 2, Molinas chegou ao DOI às 08h30. Tem ciência do estado de saúde do "Dr. Marcos"; recebeu o carro do "Dr. Marcos", pelo memorando nº 033/016/81 da 16ª Delegacia "para complementação da perícia". E anotou: "O carro foi recebido em caminhão fechado por volta das 23h de 01 Mai".

Às 9h25 fez constar: "O TC Péricles telefonou dizendo que o Gen. Patrício queria receber, constantemente, o estado de saúde do Dr. Marcos". E às 09h37 anotou: "Gen. quer os 2 boletins diários, só se houver grave alteração."

Molinas, às 9h48, marcou conversa com o general Patrício sobre alguns assuntos, dentre os quais: o carro e o recolhimento à garagem das Op. Especiais; o 1º de Maio do campo de S. Cristóvão nos ataques sobre o atentado; e "foi comentado sobre os comentários, até comedidos, de Saturnino Braga, ABI e OAB".

Às 12h50 Molinas telefona ao coronel Cinelli. Pelo início da tarde, e por cerca de uma hora – das 14h30 às 15h30 – reúne-se no I Exército. Às 21h50 telefonou, de novo, para o coronel Cinelli, tendo este lhe perguntado sobre o estado de saúde do "Dr. Marcos" e ambos, Cinelli e Molinas, combinam, encontro para domingo.



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Às 9h25 do domingo, 3 de maio, Molinas registrou "telefonema do Cel. Cinelli onde foram tratados os seguintes assuntos:

- Família do Sgt.
- "Dr. Marcos" p/ falar
- Placa do (ilegível) do Volks
- Rel. do Dr. Wilson p/ Cel. Cinelli.

De 10h45 às 11h15, Molinas visita os familiares do "Dr. Marcos" e de 11h40 às 12h20 visita os familiares do agente "Wagner". Às 15h50 anotou que "Ag. HUGO informou que a segurança do RIOCENTRO está comentando que o atentado seria nosso" (grifos no original) e às 15h55 Molinas imediatamente ligou ao Dr. Borges Fortes sobre isso.

Recebeu, às 17h15, telefonema do Cel. Cinelli, dando o quadro de saúde do "Dr. Marcos": "parara a hemorragia e saindo do estado grave. Entretanto isso não constou do boletim oficial por precaução". O último registro, feito às 17h50, diz: "Telefonema para D. Suely, viúva do Ag. "WAGNER."

Há, ainda, folha avulsa com afirmações tópicas:

- Borges Fortes - fez ligação para acertar perícia entre PE e Dr. Pinheiro SSP (por ordem do Cmt Ediberto).
- Cmt Doi e Cmt I Ex foram a enterro e hospital
- Borges Fortes ficou de confirmar onde se encontra o carro de Marcos
- Foi feito contato com a S Seg. para localizar o carro de Wagner e comunicar ao DOI (carro roubado). Existe uma equipe de sobreaviso para "puxar" o carro.
- “Foi mandado ao I Ex (cel Cinelli) as fotografias das placas com “VPR” para aproveitamento na imprensa.

encontra o carro de Wagner
- foi feito contato com a S Seg. para localizar o carro de Wagner e comunicar ao DOI (carro roubado). Existe uma equipe de sobreaviso para "puxar" o carro.
- foi fornecido dinheiro para alimentação do pessoal que está ficando no hospital.
- foi mandado ao I Ex (cel Cinelli) as fotografias das placas com "VPR" para aproveitamento na imprensa.



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

(Fonte: documentação de Júlio Miguel Molinas Dias entregue à CNV em nov/2012)

Em 13 de maio de 1981, Molinas, em manuscrito, registrou:

Guarany
Wagner é técnico em explosivo? Não
Qual o curso ou estágio que fez? Nenhum. É auto-didata
Bira
Quais os carros que estavam fora a 30 de Abr? Áureo
Qual a missão?
Wagner - técnico em explosivo.

Guarany ou Guarani é o codinome do sargento Magno Cantarino Motta, do DOI do I Exército.

Em que pese o exposto e apesar dos documentos comprovarem exaustivas referências às informações prestadas pelo então comandante do DOI do I Exército, coronel Júlio Miguel Molina Dias ao coronel Leo Frederico Cinelli, então chefe da 2ª Seção do EM do I Exército, em depoimento no IPM de 1999, Cinelli negou que tivesse recebido informações detalhadas do coronel Molinas, omitindo informação de grande relevância, conforme trecho destacado abaixo:

funcionalmente, estava o DOI subordinado. Perguntado se passou o Cel MOLINAS a lhe informar detalhadamente que providências havia adotado em



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

torno da questão? Respondeu que não mais, trataram sobre um assunto relativo ao Pedido de Busca aludido, e que, quanto ao episódio do RIOCENTRO, o que soube foi o que é do conhecimento de todos, com a explosão supervenientemente ocorrida. Perguntado se conheceu ou teve qualquer

MM
SEC/GAB
Fls. 245
3

(Fonte: Inquérito Policial Militar de 1999, volume I, fl. 245)

11. FONTES DE PESQUISA

A Comissão Nacional da Verdade (CNV), para a elaboração do presente relatório preliminar de pesquisa, utilizou como fontes principais: (i) a documentação integral constante dos autos e anexos dos Inquéritos Policiais Militares conduzidos em 1981 e em 1999 para a apuração do caso Riocentro; (ii) os fundos documentais do Arquivo Nacional; (iii) as reportagens jornalísticas feitas a partir de 1981 sobre o caso; (iv) a literatura específica sobre o tema, cuja bibliografia é indicada ao final; (v) a documentação recentemente encontrada em poder do Coronel Julio Miguel Molina Dias (2012), ex-Comandante do DOI do I Exército, e entregue a esta Comissão, disponível na íntegra em www.cnv.gov.br.



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

12. CONCLUSÕES PRELIMINARES

- O atentado do Riocentro insere-se no contexto de outras bombas que foram detonadas entre 1980 e 1981 no Brasil;
- As explosões no Riocentro foram fruto de um minucioso e planejado trabalho de equipe, que contou com a participação de militares, especialmente de agentes ligados ao I Exército (predominantemente do DOI-Codi e da 2ª Seção) e ao SNI;
- Há fortes indícios de que o planejamento da operação tenha contado com o conhecimento e comando de altas autoridades militares, notadamente do I Exército;
- O IPM de 1981, supostamente destinado a apurar as responsabilidades sobre o atentado, a partir de sua condução pelo coronel Job Lorena de Sant'Anna, foi manipulado com vistas ao estabelecimento de conclusões pré-definidas, tendentes a: (i) posicionar o capitão Wilson Machado e o sargento Rosário como vítimas; e (ii) encaminhar as investigações a uma conclusão de indefinição da autoria do atentado;
- As autoridades que questionaram a lisura dos procedimentos apuratórios conduzidos sofreram pressões, reprimendas, com repercussão, inclusive, em suas carreiras militares. É o caso do coronel Luiz Antônio do Prado Ribeiro e do almirante Júlio de Sá Bierrenbach.
- Os idealizadores do atentado visaram atribuir sua autoria a grupos armados de resistência ao regime, o que não se sustentou diante de um conjunto robusto de provas e indícios;
- Devido a falhas na execução do plano, o resultado do atentado não foi tão devastador quanto poderia ter sido.



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves (org.). *Dicionário histórico biográfico brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2001.

ARGOLO, J. A. *A direita explosiva no Brasil*/ Jose Argolo, Katia Ribeiro, Luiz Alberto Fortunato. Rio de Janeiro, Mauad, 1996.

FIGUEIREDO, L. *Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luis a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro, Record, 2005.

GRAEL, D. M. *Aventura, corrupção e terrorismo: à sombra da impunidade*. 4ª Ed. Petrópolis, Vozes, 1986.

GUERRA, C. NETTO, M., MEDEIROS, R. *Memórias de uma guerra suja*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2012.

MOLICA, f. (org.) *Dez reportagens que abalaram a ditadura*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro, Record, 2008.